
PAULO FREIRE:

O educador na história

Alípio Casali*

O objectivo deste texto é oferecer referências para se compreender a vida e a obra de Paulo Freire como acontecimento histórico integral. Para isso o texto discorre entre o gênero acadêmico e o gênero jornalístico, entre a análise e o testemunho da convivência. Freire é apresentado como um educador incomum, que se move entre a sua condição de homem comum e a de mito.

Muito se escreveu sobre Paulo Freire. E muito se escreverá. Às vezes me pergunto de onde saem tantos assuntos sobre um autor que insistia em enfatizar que a simplicidade era uma característica fundamental de sua proposta pedagógica. A multiplicidade e diversidade de análises sobre sua obra decorrem, em grande parte, de considerações sobre as relações analógicas entre o seu pensamento e as especificidades culturais de cada contexto em que seu texto é pensado. Até porque isso é efetivamente um conteúdo inerente ao pensamento pedagógico de Freire: que não faz sentido uma teoria pedagógica «geral», que não seja histórica e culturalmente situada e datada. Que não faz sentido tentar construir uma teoria universal, se se pensa a universalidade univocamente. Freire, na verdade, nem pensou primeiro na universalidade. Pensou primeiro na miséria local, regional e nacional, e construiu, com os pró-

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Currículo) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

prios miseráveis, referenciais concretos para uma prática concreta de superação da miséria, para o que a educação seria elemento indispensável, embora não suficiente. Daí, o paradoxo: ao realizar bem o particular, Paulo Freire universalizou-se. A universalidade analógica de sua teoria tornou-a significativa para outras situações históricas e culturais, as mais diferenciadas, que têm esse desafio comum: o de contribuir, por meio da educação, para o que ele chamava de «superação das dominações».

E por aí afora poderia prosseguir este artigo, juntando-se aos milhares de outros textos produzidos sobre Freire, desdobrando considerações intermináveis sobre a riqueza pedagógica e política de sua obra e sobre as formas mais adequadas de se realizar uma boa prática pedagógica aqui ou acolá. Mas eis-me diante de um público específico, de um ambiente cultural específico (primariamente Portugal e secundariamente os demais países e leitores de língua portuguesa), sendo um entre tantos pesquisadores com alguma coisa a dizer sobre a obra de Freire. O receio da repetição e do lugar-comum, ou de dizer o não-significativo, levou-me a escolher um eixo diferente para minhas reflexões, nesta oportunidade: Paulo Freire como um educador incomum, entre o homem comum e o mito, e a consciência histórica como seu lastro. Para desenvolver essas reflexões, este texto deslizará, entre o analítico e o coloquial, entre a linguagem acadêmica e a jornalística, utilizando-se dos próprios referenciais de Freire para tentar capturar, nesse espaço *meso*, a densidade e a força histórica desse grande educador.

1. Um educador incomum, entre o homem e o mito

Paulo Freire foi um educador incomum. Não é um exagero, tal afirmação: estima-se em cerca de 1600 o total de livros e teses produzidos sobre sua obra. Seu nome aparece citado na Internet nada menos que 60 000 vezes. Convenhamos, isto não é nada comum. Há em curso, há anos, um inevitável processo de produção de um certo mito ao redor de sua figura. Não uma produção artificial, feita em algum laboratório de marketing, mas algo como um processo espontâneo, desenvolvido cotidianamente por educadores e pesquisadores, nos mais diversos países. Educadores, como ele, inconformados com o

crescimento acelerado da miséria económica e cultural no mundo e fortemente identificados com a sua história de vida e sua obra. A intensidade dessa admiração, portanto, antes de tudo, reflete o reconhecimento do valor universal de sua obra. Nada mais merecido.

Mas seria bom que a memória de Paulo Freire não descambasse para o mito. Porque a condição de mito, no limite, é incompatível com a de educador. Foi com Freire mesmo que aprendemos isso, e por isso seria duplamente absurdo se cultivássemos a sua memória como a de um mito cristalizado. Toda a obra de Freire (e sua vida é parte de sua obra, ou, antes, sua vida foi sua principal obra) exige isso. Todos sabemos como a humildade intelectual e afectiva e a simplicidade foram traços marcantes de seu carácter.

Com efeito, não se faz educação com fetiches. Ao contrário, Freire nos ensinou, a educação é uma ação desfeticizadora por excelência. Uma ação desveladora do mundo e do sujeito. Desvelamento, ou descobertura, que se realiza, porém, não como o passe surpreendente do mágico (esse, sim, o feticizador por excelência, o fabricante de ilusões), mas por lenta e árdua construção cotidiana. Nesse sentido, a etimologia de educar como «*ex-ducere*» (conduzir um movimento de dentro para fora) é ainda pobre, insuficiente. Valeu um dia, quando a consciência humana acreditava que o homem tivesse dentro de si todas as soluções e que bastaria «partejá-las», trazê-las à luz. Mas Freire insistia: o mundo, somos nós que o construímos e lhe atribuímos significados. Sendo que cabe a cada indivíduo e a cada geração perceber-se dentro de seu mundo já construído e reconstruí-lo e ressignificá-lo. A educação é parte da construção colectiva do mundo.

Enquanto descobridora e construtora, a educação é desencantadora do mundo tal qual ele se nos apresenta primordialmente. Embora, paradoxalmente, também chamemos de «encantadora» à experiência de desencantar o mundo. Isto só pode ocorrer porque o encantamento do mundo é substituído pelo auto-encantamento do sujeito desencantador. Quando caem véus dos olhos (da consciência), exultamos e «nos encantamos» com o que vemos: o brilho do mundo tal como é, distinto do que parecia ser: a verdade (nunca definitiva, mas sempre pensada como definitiva pelo sujeito, na descoberta). O que a educação desencanta é a ilusão anterior da verdade construída pelo outro, que nos antecedeu. O que encanta é muito mais a descoberta de si mesmo como

sujeito, como possibilidade de descobrir e construir o mundo. E nisso consiste, ato contínuo, o risco da cristalização de uma nova ilusão: a inflação do sujeito, que agora se crê onipotente. Autofetichização. Auto-idolatria do sujeito. Conhecemos bem essa doença na história da humanidade. Chamou-se, não por acaso, «iluminismo»: a razão crente de ter alcançado a iluminação suprema.

Viveríamos, assim, então, irremediavelmente amarrados ao fetiche, ao ídolo? Somos, inevitavelmente, tecidos de mitos, tecidos por mitos? A educação só faz substituir os encantamentos? Nem tanto. É verdade que nunca escapamos definitivamente dos mitos (e por isso melhor seria que não lutássemos obsessivamente para aniquilá-los: é uma tentativa inútil). Melhor seria que os percebêssemos como produto natural do imaginário humano. Imaginário, porém, que não se produz ao acaso e que nem é uma falha humana. É, simplesmente, parte da condição humana, é próprio da condição humana. Porque o imaginário mítico só se projeta onde o mistério se manifesta, e é exatamente por isso que há o encantamento e o mito se produz. O incômodo que o mistério instala na consciência humana converte-se em possibilidade de desencadear nela uma função educativa: a de tentar desvelar inteiramente seu significado (tarefa esta, no limite, inglória).

A obra de Paulo Freire, assim como a obra de todo bom herói, é um desses fenômenos de forte apelo mítico. De tão bem que ele desencantou o mundo, encantou-se, e nos fez encantarmo-nos com ele. Sua obra e sua figura pessoal encontram-se, pois, intensamente cercadas de uma aura. Isso não é surpreendente. Isso veio sendo construído ao longo de sua vida profissional, e se acentuou à medida que ele envelhecia. O fundamento político dessa construção foi sua condição de patriota vitimado, que arriscou sua vida para realizar um projeto salvador: a libertação cultural e política de seus irmãos miseráveis, analfabetos, oprimidos. O que custou-lhe um exílio. Ao mesmo tempo, valeu-lhe o acesso ao mundo, e ao mundo, o acesso a ele.

Sua figura pessoal reforçava essa aura. Seu corpo levemente arqueado, seus cabelos brancos e longos (incomum em seu ambiente cultural), sua voz mansa, seus gestos calmos, seu andar cuidadoso, tudo combinava com a representação do sábio ancião, ou profeta que anuncia a redenção dos oprimidos. Paulo construiu essa imagem profética. Vaidade? Estratégia educativa para operar também pelo simbólico? As duas coisas ou qualquer outra? Casualidade, mero

capricho pessoal? Não interessa muito. Nem se trata de julgá-lo moralmente. Nem de julgar os que de sua figura se aproximaram ou se aproximam após sua morte, avidamente, como quem busca tocar a relíquia do santo, para haurir algo de sua aura, de sua sagrada energia. Não se trata de julgar. São (somos) todos educadores. Presume-se que o que queiramos seja dar-mo-nos conta de seu legado e difundi-lo, convictos de que estamos empenhados numa tarefa educativa. Ainda que não estejamos isentos de nenhuma forma de idolatria. Mas incomoda, em alguns manejos que se fazem da obra de Paulo Freire, a insistência num certo deslizamento para esse campo das soluções míticas. Incomoda o exagero nesse deslizamento (posto que, até um certo ponto, esse deslizamento seja aceitável, por refletir a intensa admiração que ele merece). Toda figura humana que se destaca e alcança a condição de exemplar histórico em alguma coisa entra nesse circuito da produção mítica, inevitavelmente. E para essa produção se acelerar, nunca faltam as seduções do mercado, sempre à espreita, à caça de ídolos, ou pronto a produzi-los. A memória de Freire não tem como ser protegida desse risco.

Mas a presença do ídolo é uma presença também pedagógica. Porque ele gera sentimentos contraditórios: tanto de paralisia quanto de mobilização. De um lado, o ídolo desperta o sentimento e a relação de inferioridade, de admiração paralisante, expressa na idéia de que «eu nunca poderia ser assim». Nesse tipo de relação, o admirador transfere ao ídolo a responsabilidade de fazer aquilo que todos gostariam que fosse feito. Quando o ídolo está morto, esse sentimento se desloca para a convicção de que sua energia se espalhou e tornou-se presente por toda parte e que, em cada minúsculo ponto, ele segue cumprindo invisivelmente e magicamente sua função histórica. Esse sentimento diante da figura do ídolo é o que Paulo Freire chamaria de «alienação»: transferência da energia de ação própria para dentro de uma figura que faria substitutivamente tudo o que se julga não ser capaz de fazer. Seu corolário é, portanto, o conformismo. Todo fetiche, no limite, aliena a consciência. Interrompe o circuito que tornaria possível a consciência retornar a si mesma e reconhecer-se como autoprodutora.

De outro lado, a figura do ídolo condensa um conjunto de qualidades tão admiráveis, que se gostaria tanto de possuir, que são capazes de mobilizar o admirador para imitá-lo, tomá-lo como exemplar suas escolhas e, no limite,

repeti-lo. O desejo, aí, se confunde com o desejo do outro, e se realiza por meio do desejo do outro. Essa mimese, porém, prepara uma armadilha. Pois ela não se realiza senão quando alguém se coloca em movimento. Nesse movimento, encontram-se as oportunidades de perguntar-se por si, de desejar também construir a própria identidade, construir a própria autonomia. Eis-se, então, em pleno movimento educativo, diante do horizonte de desenvolvimento das próprias potencialidades.

É possível ler-se toda a obra de Paulo Freire deste ponto de vista da tensão entre a consciência trágica, apequenada diante dos poderes fetichizados, e a consciência dramática, livre, aberta à sua autoprodução e ao desenvolvimento histórico. Não é por acaso que o conceito de «conscientização» é o conceito-chave da sua teoria e prática pedagógica. Esta é sua palavra-chave, sua palavra-geradora, a que nos permite abrir seu mundo, descodificá-lo.

Podemos nos perguntar, então, se a construção da autonomia não é muito mais difícil quando numa relação fortemente assimétrica, em que a figura do mestre seja «incomum». Porque incomoda ver como os grandes educadores, assim como os grandes políticos, e os grandes líderes religiosos, tiveram dificuldades de contornar essa estranha pressão de sua legião de admiradores, ávidos por cristalizarem sua figura (a de seus líderes) num estado de permanente, definitiva e inalcançável superioridade. Não há dúvida de que esse movimento decorre mais de uma dinâmica inerente ao comportamento discipular e de massa do que da vontade da figura-líder, mas é isso que facilita o projeto dos líderes interessados em promover um culto à sua personalidade.

Sabemos que Paulo Freire, em seu cotidiano, cultivou muito mais o recato e a humildade do que o usufruto do justo reconhecimento de sua mundial importância política, intelectual, pedagógica. Isto podemos testemunhar com certeza alguns poucos de nós que tivemos a rara oportunidade de trabalhar com ele e até compartilhar alguns momentos de seu cotidiano familiar, nos últimos anos de sua vida.

Uma tal convivência permite-nos observar de perto a rara sobreposição das distintas figuras que podem recobrir e constituir a vida pública de um homem de seu porte e de seu alcance histórico. Uma é a figura de um homem real, tal como aparece à convivência cotidiana de amizade e de trabalho comum. Outra, a do pai e esposo, acessível apenas no ambiente de máxima intimidade.

familiar. Outra, a figura desse mesmo homem tal qual projetada por um movimento de radical admiração (o mito em construção) e que vem a público pela imprensa escrita, rádio, televisão. Outra ainda, a figura desse homem visto como intelectual, um pensador de referência, que tem seus escritos vasculhados, suas palavras dissecadas conceitualmente, em busca da precisão de suas idéias. E outra, enfim, a figura do mesmo homem, tal como projetada por seus adversários políticos, por exemplo, nos momentos de acirramento das lutas políticas, como aqueles em que esteve Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo, diante de líderes sindicais e da massa de professores que, em greve, reivindicavam melhores salários.

Essa sobreposição permite revelar-se a força e a fragilidade de Paulo Freire. Não há dúvida de que, à sua força pessoal real, intelectual e afetiva, somava-se, com enormes ganhos, a extraordinária força simbólica, geralmente favorável, que a opinião pública projetava sobre ele. Nessa condição, uma palavra, um gesto seu, ganhavam um poder imenso de persuasão. Ao mesmo tempo, o homem real estava lá, precisando tomar seus remédios de rotina, precisando resolver seus pequenos problemas de administração familiar, irritando-se com as manipulações políticas de que a massa de professores era objeto, impaciente pela lentidão com que se desenrolavam os complexos acontecimentos políticos no âmbito do governo. Mas, ainda que estivesse abalado afetivamente, irritado, não perdia a tolerância, como virtude ética. Implacável mesmo, ele era apenas, e sempre, com as burocracias. Dizia não conseguir entender por que raios não se podiam encurtar caminhos entre os meandros da burocracia para realizar aquilo para o que, afinal, as leis e normas deveriam existir: gerir a complexa máquina da Secretaria, construir e reformar escolas, mobilizar os professores, realizar eventos, etc.

No cotidiano acadêmico, essa condição igualmente se manifestava. Paulo Freire circulava pelos corredores da Universidade como qualquer professor. Nem sempre era reconhecido por colegas ou alunos. Às vezes, quando o reconheciam, algumas pessoas falavam de lado, discretamente, comentando a passagem da ilustre figura, com receio da aproximação ou mesmo de um simples cumprimento. Em sala de aula, nos Seminários, não obstante a sempre grande expectativa em torno do que viesse a falar, frequentemente, para espanto dos alunos que não o conhecessem, calava-se, a ouvir, demorada e pacientemente,

o que os alunos tinham a comentar ou perguntar. Ocasionalmente, sentava-se com um grupo de alunos e discutia com eles suas pesquisas em andamento. Sua pontualidade, virtude nem sempre encontrável nos seus (nós) colegas professores, frequentemente fazia com que ele se encontrasse durante algum tempo sentado num sofá da sala, à espera do início de uma atividade. Em tais ocasiões, não raro se aproximava um aluno e mantinha com ele alguma conversa sobre algum assunto. Observei várias vezes sua notável disponibilidade e paciência em ouvir e depois dissertar sobre algo, com a mesma concentração e empenho como se estivesse pronunciando uma Conferência para um grande e exigente público.

Não será exagero alinhar Paulo Freire entre os mais importantes educadores da história mundial. Em grande parte, e decisivamente, seu reconhecimento universal, ainda em vida, é bastante para sustentar isso. E não há análise de marketing que possa justificar esse reconhecimento. Trata-se, antes, do mais legítimo processo pelo qual educadores e educadoras dos mais diversos ambientes culturais reconhecem os princípios norteadores de sua prática pedagógica como os mais apropriados para realizar aquilo que a educação promete: reproduzir e recriar os saberes, de modo que disso resultem benefícios não somente para cada educando envolvido no processo mas para toda a coletividade.

De onde provém esse reconhecimento? O que produz, afinal, essa identidade de propósitos? Penso que aquilo que os educadores buscam quando buscam referências para sua prática não são apenas bons e seguros referenciais teóricos e práticos, entendidos ambos como «uma boa teoria». Até porque, na história das teorias e no mercado de idéias, são abundantes as ofertas de «boas teorias». Eu diria até que sofremos hoje de um mal inverso: uma certa saturação de formulações pedagógicas, do que têm resultado insuportáveis redundâncias e repetidas obviedades. Não tenho dúvidas de que por detrás dessa saturação encontra-se uma coisa chamada mercado editorial, que tanto promove quanto corrompe. Mas o que os educadores buscam, ademais de uma «boa teoria», e talvez acima de qualquer boa teoria, é um «bom testemunho» de que a educação tenha efetividade econômica e social, seja viável e, principalmente, seja humanitária. Penso que a principal força persuasiva de Paulo Freire provém desse fato: ele foi um «bom testemunho» de que a educação comprometida com os «oprimidos» é um projeto político e social, historicamente consistente.

Paulo Freire é um bom testemunho da própria humanidade. Outros já fizeram isso, sem dúvida, de modo não menos denso. Comenius foi um deles, o que bem explica a indizível felicidade de que Freire se sentiu possuído quando recebeu o Prêmio Comenius, sentindo-se completamente identificado com a teoria e a prática daquele extraordinário educador morávio. Mas em nosso século, e sobretudo no ambiente de degeneração social, espetáculo triste que a nossa geração coube testemunhar, Paulo Freire tornou-se uma figura emblemática

Os educadores, cotidianamente, buscam alimentar-se energias utópicas que apenas raros homens e mulheres, dotados de carisma próprio, podem oferecer. Paulo Freire era uma dessas figuras carismáticas, cujo arrebatamento era provocado paradoxalmente pelo recato, humildade, fragilidade, altruísmo. Mas, talvez não haja ídolo mais denso do que esse: cujo carisma se constrói pela fragilidade. Assim foram Gandhi, Madre Teresa de Calcutá, tantos outros. Carismas como o de Freire permitiram ver-se de perto, com clareza, em seu cotidiano, a fronteira entre a trivialidade (própria do cidadão comum) e a grandiosidade (própria do ídolo). O que é a única chance de sua mitificação servir também pedagogicamente.

Paulo Freire é um excelente testemunho da humanidade neste século. E a especificidade desse nosso tempo histórico, sobretudo das últimas décadas, é dramática. Nunca tantos estiveram tão excluídos. E, considerando-se que pobreza é um conceito histórico (depende sempre da relação entre o montante de bens produzidos e a inequidade de sua distribuição), nunca houve tanta pobreza. O testemunho de Freire é um testemunho em favor dos pobres. Não «em nome deles», até porque ele recusa-se a ser porta-voz deles, uma vez que o essencial de sua proposta e prática pedagógica é possibilitar o analfabeto adulto (e todo educando) a «dizer a sua palavra», dizer a si mesmo, dizer o mundo, pela escrita.

Encontramo-nos precisamente diante do «diálogo» como princípio pedagógico central da pedagogia freiriana. Esse conceito não é novidade na história da educação, sabemos. Mas, de Sócrates a Freire, são distintos os sentidos de diálogo que vieram sendo formulados como elemento central ou periférico nas diversas teorias pedagógicas. Até porque o diálogo freiriano não é apenas uma ocupação afetiva, um exercício diletante entre duas subjetividades, nem mera

troca de informações e conteúdos, mas um momento-síntese da condição cultural e histórica do humano. Um momento-síntese de construção do humano. Momento no qual o mundo é socializado, reproduzido, ao mesmo tempo que seu significado é recriado, constituindo-se aí novos saberes, novos poderes e novas subjetividades. O que diferencia Freire de todas as formulações anteriores é o fato de que seu conceito de diálogo incorpora todos os anteriores e os supera todos, colocando-se num novo patamar ou, se quisermos, num novo paradigma.

Este novo paradigma é essencialmente ético. Porque só há ética onde e quando o mundo já-dado, as certezas já-estabelecidas, são postos em suspenso pela possibilidade de o mundo ser dito e afirmado de um modo ainda-não conhecido nem experimentado. Isto é o mesmo que afirmar que o horizonte da ética é um horizonte sempre fugente, im-pre-visível. Daí sua historicidade radical, distinta da historicidade da moral, a qual se move dentro de horizontes já-dados pela convenção de valores. O «diálogo» educativo freiriano permite tanto o reconhecimento das marcas morais da cultura local quanto uma ruptura das limitações daquela cultura, no plano da consciência, e uma abertura à universalidade ética das possibilidades do humano. Uma abertura à história.

Portanto, a eticidade da prática pedagógica freiriana, nem paira como abstração metafísica a-histórica, comum às éticas religiosas, nem se reduz à moralidade kantiana ou dos pragmatismos. A eticidade do diálogo freiriano está em que seu ponto de partida fundamental não é o projeto de reprodução do saber dominante, mas, ao contrário, o projeto de uma voz ainda-não-ouvida, de uma palavra ainda-não-dita do excluído do sistema educativo, um saber novo, um desconhecido. Ali, concreta e historicamente, no próprio lugar em que o educando habita, abre-se o espaço para sua palavra. Palavra que será a chave para a abertura do mundo. Será geradora de uma nova consciência crítica. Coletivamente. História.

Com efeito, trata-se de um posicionamento que aponta para um horizonte utópico de realização. Como a afirmar que a realização plena da ética coincidirá com a realização plena de todas as potencialidades de desenvolvimento humano e a consequente solução de todas as contradições sociais. Ou seja, o limite da história.

Tais referenciais utópicos custaram a Freire várias críticas, sobretudo a de voluntarismo e idealismo, como se tais postulados significassem por si só a postulação de sua suficiência para realizar mudanças históricas concretas: políticas e econômicas. Freire, porém, jamais deixou de afirmar o caráter mediador da educação, recusando a idéia de qualquer imediatismo transformador. Essa suspeição de idealismo só faz sentido quando a leitura de seu texto se faz como se ele fosse uma teoria desligada de uma prática específica que lhe é correspondente e da qual a teoria emergiu. Ou seja, somente uma leitura idealista pode descobrir idealismo em Freire. A chave para a leitura de sua vida e de sua obra, ele mesmo indicou: a história.

2. O educador incomum: um compromisso histórico

Uma das principais qualidades de Freire foi sua perspicácia histórica. Ele soube extrair dos momentos históricos suas ricas potencialidades e torná-las acontecimentos significativos. Refiro-me principalmente a dois momentos emblemáticos de sua história de vida: o processo de criação de um método de alfabetização de adultos, no final dos anos 50, e, três décadas depois, o seu projeto de gestão política da educação no município de São Paulo.

Cabe lembrar da condição de «atraso» histórico em que se encontrava a sociedade brasileira ao longo deste século. Desde o início da década de 30 se construiu um portentoso projeto político que tratava de colocar o país em dia com o padrão moderno de progresso europeu e norte-americano. As importações seriam substituídas, a indústria nacional seria implantada, uma nova classe (operariado) emergiria da intensa urbanização industrial, o país encontraria um desenvolvimento soberano. A construção desse grande mito Nação estava acompanhada, evidentemente, entre outros, da construção da idéia da educação formal como alavanca do desenvolvimento. Nesse contexto, católicos de um lado e liberais (escola-novistas) de outro disputaram a hegemonia por um projeto educativo para o país. A história se desenvolveu, mas, como sabemos, o que se via após duas décadas era um tímido desenvolvimento industrial, e o cultivo persistente da idéia ilusória de que o Brasil se emparelharia com os países europeus e norte-americanos. O que crescia era a dependência econômica,

a pobreza e a miséria no campo e na cidade, as taxas alarmantes de analfabetismo. Já em meados da década de 50, um novo surto de desenvolvimentismo ufanista prometia tirar definitivamente o atraso histórico do país, realizando 50 anos em 5 anos: o governo Juscelino Kubitschek

Paulo Freire se deu conta do grande vazio de participação das massas rurais e urbanas nesses destinos do país, e principalmente sua exclusão no usufruto dos benefícios que se alcançavam. Pensava que, somente alfabetizado, o camponês ou operário poderiam ter alguma chance de acesso à cidadania, influir na mudança de rumo político do país, ter acesso às riquezas que o país produzia. Mas devia ser uma alfabetização que ultrapassasse os limites funcionais de manejo dos códigos linguísticos elementares. Uma alfabetização que coincidissem com a apropriação política do mundo e da própria história. Uma decisiva inspiração de Freire para tal projeto político-educativo provinha de suas raízes cristãs. Tratar-se-ia de um projeto ético de realização de uma justiça social dentro da ordem institucional vigente. Estrategicamente se visava, sim, um reordenamento político e social.

Mas o golpe militar de 1964 alterou subitamente o quadro político, e toda a esquerda brasileira se dispersou, no exílio ou na clandestinidade. Paulo Freire deixou o país. Mas deixou no país um projeto vivo na memória de muitos educadores. A chamada educação popular, informal, no ambiente de autoritarismo político, tornou-se naturalmente uma instância em que, com menor risco, se poderia prosseguir na luta por um país socialmente mais justo. Paulo Freire inspirou todos esses projetos. Não só no Brasil, mas ao longo de outros países latino-americanos que, como o Brasil, viam-se sob as botas duras dos militares. Processos de ebulição política intensa semelhante se passava nos países africanos recém saídos da condição colonial, e Freire participou de vários desses projetos de reconstrução nacional independente, nos quais, igualmente, a solução do analfabetismo era uma premissa indispensável para o desenvolvimento.

Sob a circunstância de um Estado forte, como a ditadura militar, as dobras institucionais da sociedade civil tornam-se espaços naturais de refúgio e sobrevivência de projetos políticos democráticos. Porque o Estado tende a ocupar todos os espaços oficiais de ação política e social para, por meio de seu aparelhamento, reproduzir-se, reproduzindo sua ideologia. Assim é que a escola

pública torna-se sitiada pelo Estado. E assim é que os movimentos de educação popular proliferaram, como baluartes de resistência política.

Mas, com a redemocratização gradual do país, à medida que o Estado se permeabiliza e flexibiliza, reergue-se com vigor a idéia de uma escola pública democrática, que deveria ser reconstruída para realizar o ideal de universalização da educação básica a todas as crianças em idade escolar. Agora, ao invés da ocupação informal de espaços educativos, tratar-se-ia de formalizar todos os processos educativos e de constituir, no seio do próprio Estado, o lugar institucional de formação do cidadão e preparação para o trabalho.

No final dos anos 80, com a progressiva ascensão ao poder dos partidos de esquerda, apresenta-se a Paulo Freire um novo desafio histórico. Luiza Erundina, uma mulher de origem humilde, assume o governo da Cidade de São Paulo. Paulo Freire aceita torna-se seu Secretário Municipal da Educação. Aceita o desafio de ser governo, de gerir a educação pelo lado do Estado. Aceita colocar em risco a aura de um certo romantismo político em torno de sua figura. Freire já havia cumprido missões análogas a esta na África, na condição de assessor de governos nacionais para grandes campanhas educativas e de alfabetização. Agora, deve assumir pela primeira vez o desafio de ser governo em seu país e fazer avançar seus ousados projetos educacionais. O contexto, evidentemente, é completamente outro. Agora, o principal desafio é reconstruir o sucateado sistema escolar da Cidade de São Paulo. Espremendo orçamentos para fazer renderem ao máximo os poucos recursos da cidade mais rica e mais pobre do país, Paulo Freire dedicou-se a educar na cidade com o mesmo entusiasmo e criatividade como se estivesse recomeçando em Angicos, em 1959. Mais uma vez como observador em posição privilegiada, agora como companheiro seu a partir do Gabinete da Prefeita, eu via Paulo e sua competente equipe colocarem em movimento a pesada máquina da Secretaria Municipal de Educação, agilizando sua organização, colocando-a ao serviço prioritário dos mais excluídos e negados pelo sistema e, o que é sua marca, com a participação de alunos, servidores, educadores, pais, comunidade. O exemplo corajoso de participação no interior da Secretaria de Educação repercutiu internamente no governo, em outras Secretarias, consolidando a participação popular como uma das linhas de força do Governo Erundina.

Mas sua saúde debilitada já não lhe permitia seguir o ritmo frenético do

governo de uma complexa cidade como São Paulo. Além do que o projeto político que ele iniciou no governo estava em bom andamento, e em boas mãos. E Paulo Freire retornou, como havia programado, ao trabalho acadêmico na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Educação (Currículo). Ali reassumiu a docência, a orientação de pesquisas e a produção de textos. De novo, para mim, deu-se o privilégio da convivência próxima com ele, na condição agora de colega-professor. Ali acompanhei o seu cotidiano miúdo de educador, como qualquer outro. Os seminários semanais. O atendimento aos alunos, orientando seus ou de outros colegas. O trabalho artesanal de escrita de novos livros, como *Pedagogia da Esperança*, como *Professora sim, Tia não*, como *A educação na cidade*, como *Cartas a Cristina*, e depois *A sombra dessa mangueira* e *Pedagogia da Autonomia*. Tudo em simultâneo com a forte pressão internacional para dar Conferências, Seminários, receber títulos de Doutor *Honoris Causa* de importantes Universidades, em diversos países.

No saguão do Teatro da PUC-SP em 02 de maio de 1997, o corpo de Paulo Freire foi velado por familiares, amigos, companheiros de trabalho, personalidades. Telegramas, mensagens, cartas chegaram dos mais renomados assim como dos mais insólitos lugares do mundo. Paulo Freire é um cidadão do mundo. Ele é da História. A pequena Angicos, onde ele começou, tem tudo a ver com o monumental esforço universal de libertação do homem. Foi a última lição de Paulo Freire. Foi dada em silêncio.

Que lições eu recolho dessa privilegiada convivência com Paulo Freire? Mais fácil é dizer o que não se recolhe, porque ele todo é uma lição de quase tudo. De trabalho duro, de perseverança, de generosidade, de arriscar a vida pela justiça, de ousadia, de lucidez política, de tolerância, de humildade, de vida sempre renovada. Com ele aprendi que as luzes da intuição podem atravessar e ultrapassar as sombras da razão. Que a simplicidade é uma suprema virtude. Que diálogo é um tecido. Que não se tece educação sem deixar ao outro a palavra, o tempo, o espaço. Que só é mestre da palavra quem é mestre do silêncio e do ouvido. Que o outro, o educando, é a irrupção ética radical, a palavra competente que impede a totalização autoritária de qualquer sistema pedagógico. Que não há história, o novo, sem essa alteridade imprevisível.

Conheci um homem, que era um educador incomum, que virou um mito
Conheci um mito, que era um educador incomum, mas que na verdade era um
homem comum, desses que gostam de conversar, de contar histórias. Que, por
ser assim, e assim sendo, entrou para a História

Abril, 1998

*Correspondência: Alípio Casali, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
e-mail: casaal@pucsp.br
Rua Monte Alegre, 984
CEP 05014-901
São Paulo SP - Brasil*